

# AUMENTO DOS PARLAMENTARES VAI À JUSTIÇA

O aumento de 102,58% para deputados e senadores, aprovado na noite de quinta-feira e retroativo a novembro, abriu uma profunda crise no Congresso Nacional e foi parar na Justiça. O PT e parte da bancada do PSDB pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão do aumento, que consideram inconstitucional, além de exorbitante. A ação deverá ser respondida até o início da próxima semana. Na prática, o reajuste dos parlamentares ficou em 143,09%, com a aplicação, neste mês, do índice linear de 20% concedido a todos os servidores federais.

O líder do PT, deputado federal José Genoíno (SP), declarou-se

“em guerra” contra as principais lideranças partidárias da Câmara. Ele ficou extremamente irritado em plenário, na noite da última quinta-feira, quando a Câmara aprovou emenda ao projeto de aumento para os parlamentares, tornando facultativo o recebimento da verba de representação (cerca de 60% do total do salário). Genoíno considerou a emenda como uma provocação ao PT, pois foi apresentada pelo líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), logo depois que os petistas anunciaram não concordar com o que chamaram de “aumento astronômico e fora de propósito” para os parlamentares.

Com a fisionomia transtorna-

da, Genoíno foi à tribuna e investiu contra os demais líderes. “Se pretendem encurralar esta liderança, está aberto nesta Casa um processo de retaliação. Será olho por olho, dente por dente”, ameaçou. Já o deputado Thomaz Nonô (PMDB-AL), designado relator em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, defendeu com veemência a emenda e o aumento. “Vivo de meus salários. Quem vem para cá de Mercedes não precisa deles, mas eu preciso. Ganho porque mereço, ganho porque trabalho”, argumentou.

Mas, diante da suspeita de inconstitucionalidade, o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), preferiu adiar a pro-

mulgação do projeto que prevê o aumento de mais de 100% para deputados e senadores. “Estou tendo a cautela recomendada a qualquer cidadão de mediana cultura jurídica”, justificou ele, sem esconder suas dúvidas sobre a fórmula de reajuste.

eles fixaram um aumento de 102,58% retroativo a novembro e apostaram na aplicação automática, em dezembro, do reajuste de 20% aprovado para todo o funcionalismo. Desta forma, o salário dos parlamentares passa de Cr\$ 2,6 milhões para Cr\$ 6,3 milhões. “Em janeiro, os parlamentares vão ganhar quase Cr\$ 10 milhões”, calcula José Genoíno. “Quero ver como vamos defender isso na rua”, questiona.

A ação de inconstitucionalidade proposta ontem alega que o plenário não tinha poderes para alterar a remuneração, mas apenas repassar aos parlamentares os índices aplicados aos servidores federais. A Constituição diz que

compete ao Congresso Nacional - e não a cada uma das Casas - fixar a remuneração para a legislatura seguinte. O decreto legislativo número 64, de 1990, determinou as regras para a atual legislatura, que só termina em 1995: os reajustes devem ocorrer na mesma data e no mesmo percentual fixado aos servidores da União.

O texto da resolução posta sob suspeita foi mantido em sigilo até a tarde de ontem pela direção da Câmara. Menos de 24 horas após divulgar uma nota à imprensa dizendo que o aumento dos deputados seria de 102,58%, a assessoria da Câmara voltou atrás e admitiu, em nova nota, que o reajuste total somava 143%.

## Manobra

Às vésperas da data-base do funcionalismo (janeiro), quando todos os servidores deverão receber, no mínimo, 50% de reajuste, segundo as previsões oficiais, os parlamentares garantiram, na realidade, um aumento de 143,09%. Isso aconteceu porque, numa manobra contestada juridicamente,